

**Interação Universidade-Sector Público e a percepção dos docentes da Unicamp: um estudo exploratório**

***University-Public Sector interaction and the perception of Unicamp professors: an exploratory study***

***Interacción entre la universidad y el sector público y la percepción de los profesores de Unicamp: un estudio exploratorio***

Evandro Coggo Cristofolletti <sup>(i)</sup>

Thais Dibbern <sup>(ii)</sup>

Denis dos Santos Alves <sup>(iii)</sup>

Milena Pavan Serafim <sup>(iv)</sup>

Ludmila Fávero Romani Pioli <sup>(v)</sup>

Amanda de Toledo Trentin <sup>(vi)</sup>

<sup>(i)</sup> Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Faculdade de Ciências Aplicadas, Limeira, São Paulo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5178-6451>, [evcoggo@unicamp.br](mailto:evcoggo@unicamp.br)

<sup>(ii)</sup> Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Geociências – IG, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Campinas, São Paulo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4826-4614>, [tdibbern@unicamp.br](mailto:tdibbern@unicamp.br)

<sup>(iii)</sup> Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Geociências – IG, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Campinas, São Paulo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2146-9361>, [d233514@dac.unicamp.br](mailto:d233514@dac.unicamp.br)

<sup>(iv)</sup> Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA, Limeira, São Paulo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7541-4182>, [milenaps@unicamp.br](mailto:milenaps@unicamp.br)

<sup>(v)</sup> Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Geociências – IG, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Campinas, São Paulo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4457-874X>, [lpoli@unicamp.br](mailto:lpoli@unicamp.br)

<sup>(vi)</sup> Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto de Geociências – IG, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Campinas, São Paulo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7056-4632>, [a235306@dac.unicamp.br](mailto:a235306@dac.unicamp.br)

## Resumo

Este estudo aborda os desafios na interação entre universidade e setor público, com foco na extensão universitária na Universidade Estadual de Campinas. Utilizando uma abordagem exploratória, a pesquisa envolveu revisões bibliográficas e um *survey*, identificando 789 interações entre docentes da Unicamp e o setor público. Houve destaque para a atuação das Ciências Biológicas e da Saúde com o Poder Executivo, das Ciências Agrárias com o Legislativo, e, no Judiciário, uma leve preferência por Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e da Terra. A maioria dos respondentes (54%) teve interações nos últimos 15 anos, relatando melhorias nos processos de políticas públicas. Além disso, 65% revisaram suas práticas de ensino e 59.5% aprimoraram suas pesquisas devido a essas interações. Os desafios identificados incluem burocracia, obstáculos na comunicação e acesso à informação e falta de interesse político. Essas descobertas destacam a complexidade e a importância da interação universidade-setor público na promoção do conhecimento e contribuição para aprimoramentos em políticas públicas.

**Palavras-chave:** Relação Universidade-Estado, Políticas Públicas, Impacto social, Unicamp, Brasil

## Abstract

*This paper addresses challenges in the interaction between universities and the public sector, with a focus on university outreach at the Universidade Estadual de Campinas. Using an exploratory approach, the research involved bibliographical reviews and a survey, identifying 789 interactions between Unicamp professors and the public sector. There was an emphasis on the work of Biological and Health Sciences with the executive branch, Agricultural Sciences with the legislative branch and, in the judicial branch, a slight preference for Applied Social Sciences and Exact and Earth Sciences. Most respondents (54%) have had interactions in the last 15 years, reporting improvements in public policy processes. In addition, 65% have revised their teaching practices and 59.5% have improved their research due to these interactions. Challenges identified include bureaucracy, obstacles in communication and access to information, and lack of political interest. These findings highlight the complexity and importance of university-public sector interaction in promoting knowledge and contributing to improvements in public policy.*

**Keywords:** *University-State Relationship, Public Policies, Social Impact, Unicamp, Brazil*

### **Resumen**

*Este estudio aborda los desafíos de la interacción entre la universidad y el sector público, con especial atención a la extensión universitaria en la Universidad Estadual de Campinas. Mediante un enfoque exploratorio, la investigación incluyó revisiones bibliográficas y una encuesta, identificando 789 interacciones entre profesores de la Unicamp y el sector público. Las Ciencias Biológicas y de la Salud fueron particularmente activas en el Poder Ejecutivo, las Ciencias Agrarias en el Poder Legislativo y, en el Poder Judicial, hubo una ligera preferencia por las Ciencias Sociales Aplicadas y las Ciencias Exactas y de la Tierra. La mayoría de los encuestados (54%) ha tenido interacciones en los últimos 15 años, informando de mejoras en los procesos de las políticas públicas. Además, el 65% ha revisado sus prácticas docentes y el 59,5% ha mejorado su investigación gracias a estas interacciones. Entre los retos identificados figuran la burocracia, los obstáculos en la comunicación y el acceso a la información y la falta de interés político. Estos resultados ponen de relieve la complejidad y la importancia de la interacción entre la universidad y el sector público para promover el conocimiento y contribuir a la mejora de las políticas públicas.*

**Palabras clave:** *Relación Universidad-Estado, Políticas públicas, Impacto social, Unicamp, Brasil*

## **Introdução**

O debate sobre o compromisso social das universidades e o seu envolvimento com setores não acadêmicos continua a ser uma agenda central para as universidades, em geral, e para a comunidade científica, em particular. Nos últimos anos, esse debate tornou-se ainda mais intenso devido às discussões sobre a democratização e o acesso ao conhecimento (Heitor & Horta, 2014) e às métricas de impactos sociais da ciência. Enquanto essas discussões aconteciam, outro fenômeno – antagônico ao anterior – surgiu: os recorrentes ataques políticos às universidades públicas e à ciência no Brasil (Serafim, Gonçalves Junior, & Dias, 2022). Inseridas nesse contexto, tornou-se ainda mais imperativo que as universidades avançassem no levantamento e na sistematização de informações e resultados advindos da aplicação/compartilhamento do conhecimento científico, em parceria com diversos setores, para que fosse evidenciada sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico.

Apesar dos diversos estudos de caso que analisam as experiências e contribuições das universidades para a sociedade, seja a partir de atividades de extensão, pesquisa, ensino ou assistência, um desafio particular é identificar e sistematizar o conjunto de interações entre a Universidade e o Poder Público, buscando identificar – de forma exploratória – os segmentos e setores com os quais a comunidade acadêmica interage em processos de troca de conhecimento. Embora haja uma gama de atores sociais, o setor público é um dos mais relevantes, não apenas por sua importância em relação ao financiamento das atividades das universidades públicas, mas pelo impacto direto de suas ações por meio de políticas públicas na sociedade. Assim, a questão de pesquisa que buscamos responder é: Como as universidades, em particular a Universidade Estadual de Campinas, interagem e se envolvem com os setores públicos?

Buscando enfrentar adequadamente esse desafio, o objetivo deste trabalho<sup>1</sup> é identificar, caracterizar e compreender os tipos de interação entre a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Setor Público, por meio da atuação dos docentes, assim como analisar a percepção deles acerca dos desafios inerentes dessa interação. Em outras palavras, o trabalho visa apresentar e discutir como a comunidade docente da Unicamp vem se relacionando, principalmente nos últimos 15 anos, com o setor público, no que diz respeito ao modo de interação, às instâncias e esferas públicas envolvidas, à visão dos docentes sobre a interação e sobre seus desafios. Assim, a intenção deste artigo é trazer evidências empíricas acerca das interações universidade-setor público. Secundariamente, de forma exploratória, o artigo também pretende levantar discussões exploratórias (seja metodológica, empiricamente e analiticamente) a respeito da atuação e do impacto das universidades em seu contexto social e político, principalmente por meio de sua contribuição para as políticas públicas. Consideramos que as evidências empíricas sobre os processos de interação e troca de conhecimento entre universidades e setor público são pouco exploradas na literatura, seja nos estudos relativos ao ensino superior, nos Estudos de Ciência e Tecnologia (CTS) e até mesmo nos estudos sobre administração pública. Também vale destacar que a pesquisa aborda dados e especificidades de uma das mais importantes universidades da América Latina, a Unicamp, o que pode ser

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta parte dos resultados de um projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Agradecemos a colaboração de Henrique Ceretta Oliveira, estatístico da Unicamp, e aos pareceristas cegos pelas contribuições.

interessante para estabelecer paralelos com outras universidades que realizam ensino, pesquisa e extensão.

Antes de iniciarmos as seções do artigo, é importante que, inicialmente, façamos algumas observações preliminares. O estudo se apoia em dois debates conceituais para subsidiar a construção da pesquisa, a codificação dos dados e a análise dos achados iniciais. Para contextualizar a proposta, recorreremos ao debate a respeito do compromisso social das universidades latino-americanas; e, para captar a interação universidade-poder público em seu variado leque de possibilidades, o estudo mobilizou o referencial da extensão universitária. Esse quadro revelou-se útil para a conceção das categorias de interação do Inquérito, bem como para apoiar a análise dos resultados. Vale esclarecer que a análise dos resultados, a partir dos dados coletados, também mobilizou de forma exploratória uma gama de outros debates conceituais advindos dos estudos do ensino superior, CTS e administração pública. A segunda consideração é sobre a definição de ‘setor público’ no Brasil. Neste estudo, o poder público é considerado o conjunto de órgãos com autoridade (administração direta ou indireta – fundações, autarquias, empresas públicas, organizações sociais) para realizar o trabalho do Estado em seus poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Também são consideradas as esferas municipal, estadual e federal. O desenho da pesquisa levou em consideração essa ampla definição do setor público, permitindo captar tanto os níveis federativos quanto os demais órgãos do poder público.

O artigo inicia com uma seção dedicada à discussão teórica e contextual sobre a interação entre universidade e setor público, com ênfase em mobilizar o debate acerca da extensão universitária. Apresenta-se a metodologia utilizada na formulação, aplicação e análise da pesquisa, bem como a descrição e discussão dos resultados.

## **O compromisso social da universidade, a extensão e o setor público**

Como pano de fundo contextual e teórico, este estudo é sustentado por discussões sobre o compromisso social das universidades públicas, especialmente no contexto latino-americano. Tais discussões, sob diferentes abordagens e pontos de vista, destacam que as universidades, ao longo de sua trajetória, estabelecem uma série de responsabilidades e interações com seu

entorno e contexto social mais amplo (Sguissardi, 2015; Dias Sobrinho, 2015; Melo Neto, 2002). O debate a respeito do compromisso social das universidades latino-americanas destaca como as universidades se engajam ou se comprometem com problemas públicos de várias dimensões (econômica, cultural, ambiental, políticos, etc.) e, nesse processo, estabelecem interações com segmentos sociais externos a ele.

O debate sobre o compromisso social da universidade na América Latina, em geral, também considera que a educação superior, a universidade e a ciência se situam em um contexto social, político e econômico e que as instituições educacionais e científicas podem e devem contribuir para superá-los/mitigá-los mobilizando conhecimento (seja em formação, ensino ou extensão/extensão), para além das demandas do mercado. Levando em conta a trajetória da política de educação superior no Brasil (especialmente no período pós-redemocratização), destacam-se as demandas e políticas voltadas para a melhoria do acesso, inclusão e democratização da educação superior e do conhecimento (Barbosa, 2019). Além disso, as universidades públicas têm sido desafiadas – pressionadas ou influenciadas pela própria comunidade acadêmica, por movimentos sociais, governo e por diversas organizações externas – a atuar diretamente nos problemas socioambientais em vários níveis (local, regional, nacional e global). Essa pressão se estabelece a partir da visão de que a pesquisa e a universidade devem ser orientadas para exercer impacto social (Dotti & Walczyk, 2022). Do outro lado da moeda, tais pressões também advêm da necessidade de legitimar e justificar a própria existência e status público das Instituições de Ensino Superior diante da austeridade, das narrativas e de políticas anticientíficas/negacionistas que se agravaram nos últimos anos (Rossi et al., 2019).

Nesse sentido, o debate sobre o compromisso social considera a necessidade de engajamento e interação com segmentos sociais fora da universidade em prol de objetivos sociais. Vale ressaltar que as universidades têm trajetórias particulares e são influenciadas por dinâmicas globais de produção de conhecimento. Elas estão inseridas em sistemas de ensino superior e de ciência, têm uma diversidade de culturas disciplinares, valores e práticas (Cristofolletti & Serafim, 2020; Sguissardi, 2019; Pinheiro, Young, & Sima, 2018; Pinheiro & Young, 2017). Essa complexidade e sua inserção contextual podem gerar tensões e conflitos no processo de engajamento com atores externos. É possível explorar esse tensionamento, por exemplo, a partir da década de 1990, quando o neoliberalismo adentra à esfera educacional, ganhando corpo no movimento da economia do conhecimento (Jessop, 2018; Martins, 2009;

Sguissardi, 2019; Leher, Vitória, & Motta, 2017; Minto, 2018). Esses processos vêm afetando as universidades tanto por conta de cortes orçamentários, pressão por reformas administrativas e mensalidades quanto por uma agenda que privilegia o mercado e a empresa como segmentos centrais de interação, bem como processos de massificação e oligopolização do setor privado (Dagnino, Dias, & Novaes, 2019; Dubet, 2015; Sguissardi, 2015).

Considerando, especificamente, a relação entre universidades e setor público, a questão da autonomia torna-se relevante. Dotadas de autonomia didático-científica, as universidades podem se relacionar politicamente com o Estado e outros atores externos (Incrocci & Andrade, 2018; Silva, 2012; Kohtamäki & Balbachevsky, 2018; Olsen, 2007). É claro que, nessa relação entre Estado, universidade e ciência, as tensões em torno das agendas e dos objetivos políticos colocados pelos governos também podem emergir, explicitando o conflito entre agendas, objetivos e dinâmicas de trabalho da ciência – esta última, diga-se, buscando preservar sua autonomia enquanto luta para garantir sua base de financiamento público. Um exemplo recente foi a forte tensão entre a agenda negacionista do governo Bolsonaro diante do engajamento da comunidade científica na busca por medidas de isolamento social e pela vacina contra a covid-19. Mesmo com escassos recursos públicos federais, a comunidade científica alavancou e movimentou recursos próprios e estaduais, como foi o caso da Unicamp, da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Governo do Estado, para criar forças-tarefa para combater a pandemia causada pelo Coronavírus. Por outro lado, também não podemos deixar de mencionar a forte indisposição do governo Bolsonaro em relação às universidades federais, quando deixou de respeitar diversas indicações para reitores, nomeando pessoas como uma espécie de “interventor”. Essas situações demonstram que as universidades também são vistas como instrumentos (e não instituições sociais) pelos atores governamentais.

Apesar dos fenômenos recentes, a história mostra que as universidades – dotadas de autonomia científico-pedagógica – sempre se colocaram próximas ao poder público para contribuir com as políticas públicas (desde os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II) ou serem nucleadoras de processos de engajamento com atores externos (El-Jardali, Ataya, & Fadlallah, 2018). Do ponto de vista do conhecimento e da expertise, as universidades são atores centrais no apoio às políticas públicas.

Ao analisar os sessenta anos da política científica e tecnológica brasileira, Dias (2010) identifica os atores sociais em torno dela (especialmente a comunidade científica e as universidades públicas) e demonstra, a partir de sua trajetória, a influência e contribuição para a concretização de outras políticas públicas. A constituição dessa política e as coalizões em torno dela explicitam a importância de seu ator hegemônico – a comunidade científica – na produção de conhecimentos e expertises voltados para a consecução de políticas públicas. Serafim e Dagnino (2011) deixam claro que a política científica, tecnológica e de inovação, enquanto “política-meio”, possibilita e sustenta todas as políticas públicas “finalísticas”.

A interação entre universidade-governo-política pública ou universidade-governo-comunidade pode ser captada, codificada e compreendida de diversas formas. Em particular, este estudo desenvolveu uma abordagem metodológica derivada do debate sobre a extensão universitária (Oliveira & Goulart, 2015; Fraga, 2017; Forproex, 2012), considerando essa missão acadêmica como uma dimensão particular do debate sobre o compromisso social e a universidade na América Latina (Sguissardi, 2019).

A extensão universitária é definida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex, 2007, p. 7) como: “o processo educacional, cultural e científico que vincula indissociavelmente o Ensino e a Pesquisa e possibilita a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”. A isso se somam alguns princípios, como a ideia de diálogo e troca de saberes entre academia e sociedade, a extensão como processo (e não uma ação pontual), realizada por programas mais estruturados, e a articulação interdisciplinar entre ensino, pesquisa e extensão. Dentro dessa visão de definição (até certo ponto normativa) da extensão, o Forproex (2012) tem enfatizado o potencial da extensão para mediar a ação das universidades nos problemas sociais e participar das políticas públicas.

Nesse sentido, a universidade é colocada como ator importante para o alcance da qualidade de políticas públicas que beneficiem a população e gerem impacto social. Não obstante, um dos objetivos da Política Nacional de Extensão é “criar condições para a participação da Universidade na elaboração de políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas” (Forproex, 2012, p. 10). A extensão universitária é vista como um canal de diálogo entre a universidade, o Estado e as políticas públicas, conectando o conhecimento produzido e as políticas públicas, oferecendo subsídios cognitivos e técnicos.

A Política Nacional de Extensão (Forproex, 2012) considera que a interação entre universidade e políticas públicas também promoveria mudanças positivas no próprio ambiente acadêmico, produzindo novos conhecimentos, bem como conexões com o ensino e a pesquisa. O documento aponta, porém, que a parceria não pode levar à substituição da participação do Estado como principal responsável pelas políticas públicas, pela cidadania e pelos bens públicos – as universidades, assim, seriam importantes subsidiárias nesses processos; além disso, a autonomia didático-científica deve ser preservada no processo de interlocução, considerando as tensões e os conflitos já destacados acima. Por fim, o documento acaba por elencar também as áreas temáticas prioritárias, como educação, saúde, cultura, reforma agrária, sustentabilidade, trabalho, capacitação de gestores públicos e democratização da ciência. Pereira (2013) aponta que o governo federal – especialmente desde 2010 – tem procurado articular a política de extensão com políticas públicas de combate à fome e à pobreza, bem como com políticas relacionadas à vulnerabilidade social e aos direitos humanos, à educação e alfabetização, à saúde, ao trabalho, à cultura, entre outras. Contudo, é inegável que, nos últimos quatro anos, os esforços do Ministério da Educação foram bastante reduzidos no sentido do fortalecimento da Extensão Universitária e da Educação em Direitos Humanos, em particular, e da Educação Superior pública, em geral.

A despeito dos movimentos das últimas décadas, ainda permanece o desafio de caracterizar, entender e potencializar a interação entre a universidade e o setor público, uma vez que o impacto da universidade nas políticas públicas muitas vezes decorre desses processos de interlocução. Nesse sentido, este estudo busca gerar informações para esse debate, amparando-se, assim, nos conceitos de extensão universitária.

## Metodologia

A pesquisa feita buscou identificar, coletar e sistematizar, de forma exploratória, um conjunto de informações que permitisse compreender como a Unicamp vem interagindo em parceria e colaboração com o setor público. Considerou-se que uma das formas de obter essas informações seria por meio do corpo docente da universidade. Nesse sentido, a pesquisa baseou-se na aplicação de um questionário a docentes da Unicamp, com o objetivo de identificar sua relação com o setor público e os desafios da interação entre eles. A pesquisa foi desenvolvida

com base na definição e tipos de interação possíveis no âmbito da extensão e da pesquisa aplicada

## **Caracterização do Instrumento de Recolha de Dados**

A pesquisa foi desenvolvida com base na definição e tipos de interação possíveis no âmbito da extensão e da pesquisa aplicada.

Os debates sobre compromisso social e extensão universitária indicaram a necessidade de delimitar/definir (i) os segmentos sociais considerados na interação; e (ii) a forma de interação, ou seja, os tipos de atividades e práticas por meio das quais a parceria acontece. Neste trabalho, não temos a intenção de abordar de forma exaustiva a trajetória da extensão universitária e suas diversas concepções<sup>2</sup>. Para o estudo, consideramos a atuação do Forproex, criado em 1987, constituindo um dos principais atores extensionistas desde então, em termos de proposição teórica ou política (Diniz, 2012). O Fórum participou centralmente da elaboração do Plano Nacional de Extensão, elaborado em 1999, e da Política Nacional de Extensão, elaborada em 2012; além disso, publicou diversos estudos acerca da institucionalização e avaliação dessa missão acadêmica, como “Avaliação Nacional da Extensão”, publicado no ano de 2001, “Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004”, de 2005, e “Extensão Universitária: organização e sistematização”, de 2007. Evidentemente, o setor público foi considerado como a comunidade/organização externa com a qual a universidade estabelece parcerias e colaborações. Aqui, foi delimitado um leque de possibilidades, a partir da própria organização do estado no Brasil: foram consideradas as esferas municipal, estadual e federal, bem como os diferentes poderes, como executivo, legislativo e judiciário.

Assim, em relação às atividades que caracterizam a relação entre acadêmicos e o setor público, consideramos as referências bibliográficas sobre extensão universitária para elencar e definir diversos tipos de interação. Em particular, a pesquisa adaptou a elaboração do Forproex (2007), que detalha uma série de práticas de extensão universitária identificadas em universidades no Brasil. Além disso, consideramos a necessidade de incluir a dimensão da

---

<sup>2</sup> Dentro do debate extensionista, foram identificados apenas três estudos que abordaram a questão da relação entre universidade e políticas públicas, em sua maioria estudos de caso (Pereira, 2013; Nogueira et al., 2017; Oliveira, 2015).

pesquisa aplicada, bem como a participação direta da comunidade docente nas esferas políticas (assessoria, consultoria, cargos eletivos e comissionados). Foram elencados os seguintes “tipos de interação”:

- Programas e projetos de extensão universitária;
- Cursos de extensão;
- Eventos com envolvimento de docentes e representantes do setor público;
- Prestação de serviços;
- Parcerias/convênio de pesquisa;
- Representação e/ou participação em conselhos participativos e deliberativos, participação em comitês técnicos e científicos;
- Participação direta (ocupação de cargos comissionados e cargos eletivos).

Delineou-se, então, o levantamento, a partir do qual se pôde identificar as atividades extensionistas na Unicamp (período referente aos últimos 15 anos, 2006-2021). Além disso, a pesquisa também buscou captar a intenção de estabelecer tal tipo de interação por parte de docentes que não interagiram com o setor público, de nenhuma forma, nos últimos 15 anos. Por fim, buscou-se identificar visões/opiniões sobre a relação entre a universidade e o setor público, especialmente sua legitimação em relação à comunidade acadêmica e o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa foi realizada com o apoio do Observatório Institucional da Unicamp, entre 4 de março e 23 de abril de 2021, por meio de e-mail institucional, a 2.343 docentes da Unicamp (incluindo docentes e pesquisadores colaboradores). O anonimato foi garantido por meio da assinatura de um termo de consentimento inicial, que também garantiu a confidencialidade das respostas e a possibilidade de desistência ou abandono da pesquisa a qualquer momento. Ressalta-se que, por conta de suas características, a pesquisa foi dispensada de passar pelo Comitê de Ética, com base no disposto na Resolução 510 do Conselho Nacional de Saúde, de 7 de abril de 2016<sup>3</sup>. Ao final, obtivemos 420 respostas completas (18% da população pesquisada) de docentes de todas as unidades (faculdades e polos) da universidade, abrangendo todas as

<sup>3</sup> Vale ressaltar que o instrumento de questionário foi aprovado *a posteriori* pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp, já que faz parte de uma pesquisa mais ampla e será aplicado em outras universidades.

áreas do conhecimento. Em quatro questões, foram utilizadas as opções de resposta na Escala Likert, ou seja, em cinco níveis de concordância/discordância. Alcançamos 0,55 de Alfa de Cronbach<sup>4</sup>, demonstrando uma consistência interna moderada dos dados coletados (Landis & Koch, 1977).

A partir das respostas de 420 docentes, foram identificadas 999 interações deles com diferentes setores do poder público. Ainda que a amostragem não tenha o requisito estatístico necessário para gerar extrapolações, a amostra é representativa no sentido de trazer informações das diferentes unidades de ensino e pesquisa e das áreas do conhecimento, assim como das carreiras dos docentes.

Com base nas respostas, os dados foram sistematizados da seguinte forma: após a caracterização dos respondentes, os resultados gerais foram traçados, levando em consideração o corpo docente que teve interações e o corpo docente que não teve interação nos últimos 15 anos (ou seja, a pesquisa apresentou dois caminhos dependendo da resposta inicial positiva/negativa sobre a ocorrência da interação nos últimos 15 anos; no entanto, a pesquisa apresentou o mesmo conjunto de perguntas na seção dedicada a identificar a opinião do corpo docente sobre a interação). A partir dessa sistematização geral dos dados, foi feito um desdobramento por área do conhecimento e gênero, buscando identificar semelhanças, diferenças e particularidades relacionadas ao objeto da pesquisa. Além disso, para respostas relativas aos desafios nas interações, foram criadas 9 (nove) categorias que refletem as dificuldades de interação universidade-setor público dos respondentes, a saber:

1. Burocracia (em relação ao setor público e/ou à Unicamp);
2. Lentidão do setor público;
3. Dificuldades de comunicação e/ou acesso à informação;
4. Falta de interesse político e/ou por parte dos servidores públicos;
5. Falta de apoio institucional (relacionado à Unicamp);
6. Inconsistência entre objetivos/expectativas;
7. Dificuldades operacionais e/ou capacidades técnicas;

<sup>4</sup> Para este cálculo, optou-se pela exclusão das respostas com ao menos uma resposta “não sei”.

8. Descontinuidade de projetos (relacionado à mudança de gestão no setor público);
9. Recursos financeiros insuficientes;
10. Os resultados alcançados são descritos em detalhes, a seguir.

## Resultados

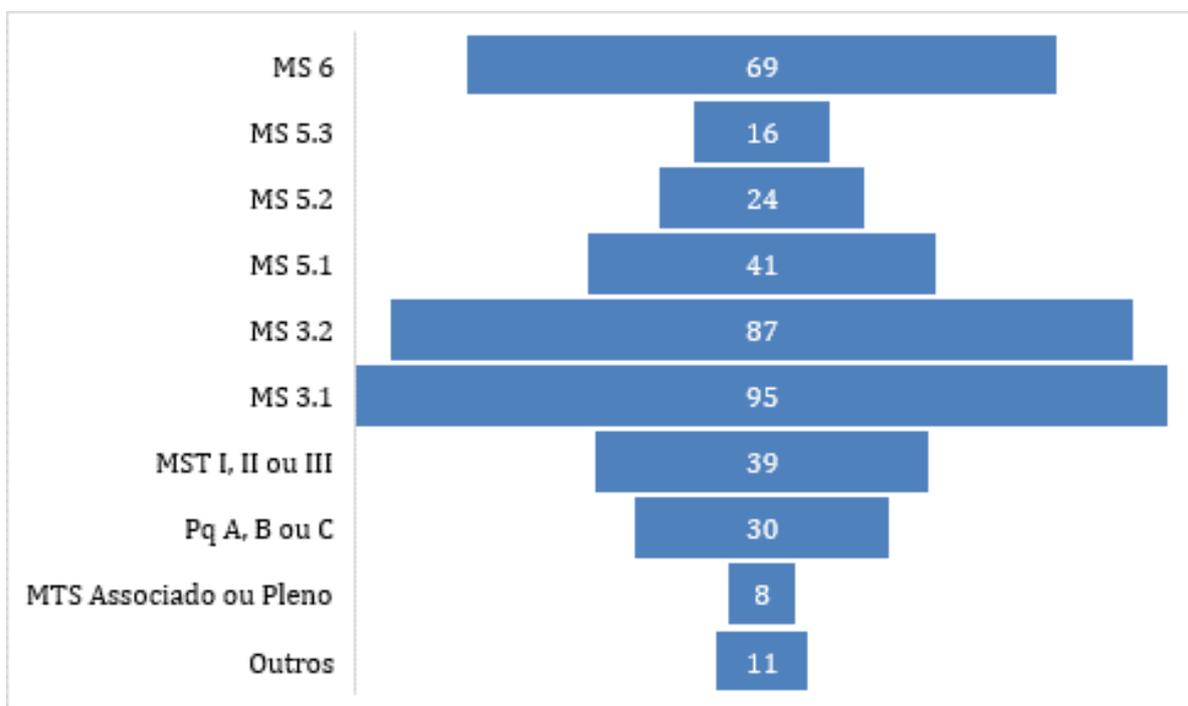
Após a aplicação do questionário, os principais resultados gerados são explicitados. Inicialmente, identificou-se o perfil dos docentes e pesquisadores respondentes observando idade, sexo, unidade universitária, área do conhecimento, nível e carreira. Assim, obteve-se que a maioria dos respondentes se identificou como “Masculino”, em números percentuais e absolutos: 58,1%, ou 244 respondentes. O grupo que se identifica como “Mulher” equivale a 40,5% (ou 170, em números absolutos) dos entrevistados, sendo que 1,4% optaram por não responder ou não saber. Quanto à idade dos respondentes, há uma distribuição em três faixas acima dos 40 anos – a saber, 123 (29,3%) declararam ter entre 40 e 49 anos; 126 (30%) na faixa entre 50 e 59; 120 (28,6%) na faixa de 60 anos ou mais. Apenas 11% declararam ter entre 30 e 39 anos e 1,2% preferiram não dizer. Reitera-se que a amostra é representativa de todas as unidades da universidade.

Com relação ao nível na carreira, é necessário especificar que a Universidade Estadual de Campinas tem disposições próprias sobre carreira e nível. Dessa forma, explica-se que existem quatro tipos centrais de carreira: (i) Ensino Superior (MS); (ii) Ensino Técnico Secundário (MST); (iii) Pesquisador (Pq); (iv) Ensino Superior Tecnológico (MTS). O primeiro corresponde aos docentes do ensino superior em geral, escalonados em seis níveis funcionais do mais baixo ao mais alto, conforme segue: MS 3.1 – Professor Auxiliar I; MS 3.2 – Professor Auxiliar II; MS 5.1 Professor Associado I; MS 5.2 – Professor Associado II; MS 5.3 – Professor Associado III; MS 6 – Professor Titular. A segunda corresponde aos professores que atuam nos colégios técnicos da universidade (Colégio Técnico de Campinas e Colégio Técnico de Limeira), e o nível funcional é determinado entre I e III – sendo I o nível mais baixo, e III, o mais alto. A terceira diz respeito à carreira de pesquisador que tem seus níveis funcionais determinados em três – em que C é o nível inicial da carreira, B é o nível intermediário e A é o nível máximo. Por fim, a carreira MTS corresponde a uma modalidade de ensino dentro do nível tecnológico

superior exclusivamente na Faculdade de Tecnologia da Unicamp, sendo “associado” o nível funcional abaixo (*Deliberação CONSU-A-001*, 1992; *Deliberação CEPE-A-002*, 1997; *Deliberação CAD-A-001*, 2019; *Portaria GR-113*, 1985). A última carreira está em extinção, e, portanto, o número de respondentes é residual. Diante dessa explicação, o grupo respondente é fragmentado, conforme se observa na Figura 1.

**Figura 1**

*Nível de carreira dos docentes*



Fonte: Elaboração dos autores.

A maioria dos respondentes está na carreira “MS 3” (43,3% dos respondentes) de nível médio, e “MS 6” no nível mais alto (16,4% dos respondentes) – geralmente, representam docentes com mais tempo de atuação na Instituição. Vale ressaltar que docentes de todos os níveis realizam ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, a pesquisa abrangeu respondentes em diferentes níveis de carreira.

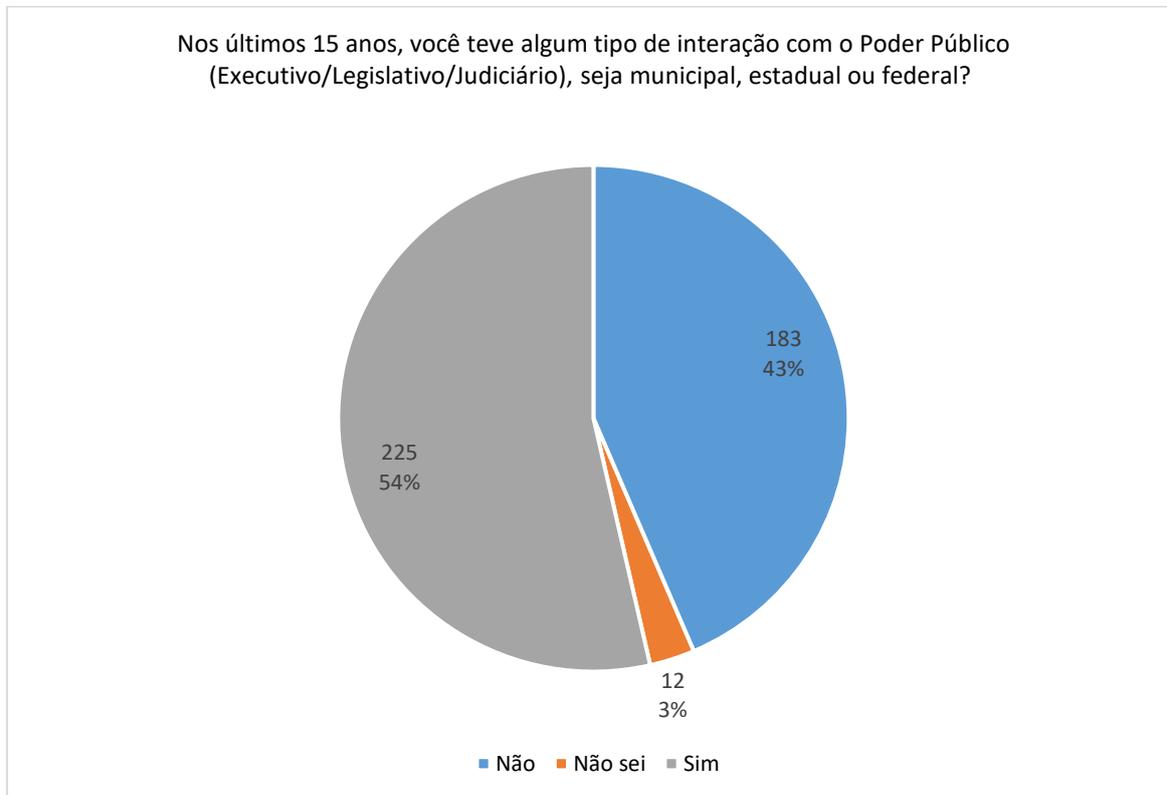
Também coletamos informações sobre as áreas do conhecimento, sendo encontrada a seguinte distribuição percentual e absoluta nas respectivas áreas dos respondentes: Ciências

Exatas e da Terra – 20,7% ou 87; Ciências da Saúde – 16,4% ou 69; Engenharia – 14,3% ou 60; Ciências Humanas – 12,6% ou 53; Ciências Sociais Aplicadas – 12,1% ou 51; Ciências Biológicas – 7,1% ou 30; Linguística, Letras e Artes – 6,9% ou 29; Ciências Agrárias – 3,6% ou 15; Multidisciplinar – 4,8% ou 20; Outros – 1,4% ou 6. Assim, destacam-se os respondentes das áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. É de se esperar que todas as áreas do conhecimento forneçam expertise para políticas públicas e estabeleçam parcerias com o poder público, embora seja necessário considerar a dinâmica disciplinar de cada área (e das subáreas).

Após traçado o perfil da amostra, foram coletados dados sobre as interações com o setor público. A primeira delas refere-se à questão de saber se o respondente teve alguma interação com o poder público nos últimos 15 anos. Assim, 54% (225 respondentes) responderam “Sim”, conforme mostra a Figura 2. A partir dessa primeira pergunta, foi traçado um caminho específico de perguntas para quem respondeu “Sim” [teve alguma interação] e outro caminho para quem respondeu “não” ou “não sei”, mas ambos culminando em um mesmo questionamento sobre a percepção em relação à interação entre Universidade e Setor Público. Considerando o objetivo deste artigo, iremos expor os resultados gerados a partir das respostas dos docentes que tiveram interações e a totalidade das opiniões coletadas (dos docentes que geraram interações e dos que não as geraram).

**Figura 2**

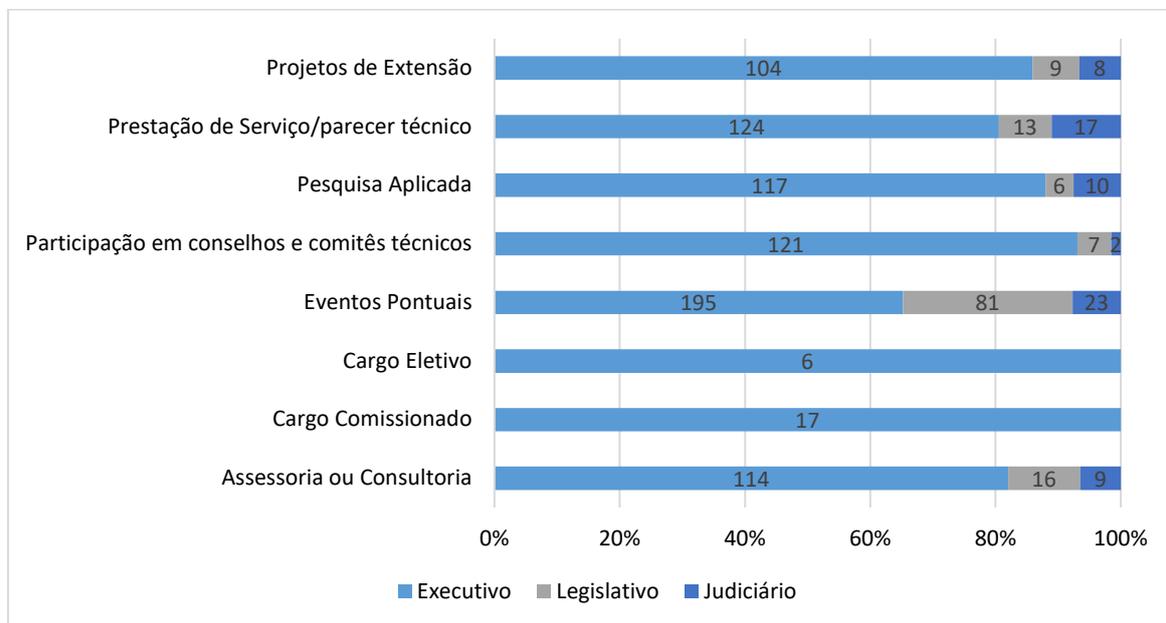
*Interação com o Setor Público*



Fonte: Elaboração dos autores.

Conforme exposto na seção anterior, procurou-se sistematizar as interações em tipos, por Poder e nível de governo, considerando a estrutura federativa e republicana brasileira. Os resultados são expressos pelas Figuras 3 e 4, nas quais foi possível identificar a predominância de interações com o Poder Executivo (798 interações). Em relação aos níveis de interação com o poder público (seja executivo, legislativo ou judiciário), observamos que as diferenças são pequenas: 350 interações com o Poder Público Municipal; 342 interações com o Poder Público Federal; 307 interações com o Poder Público Estadual.

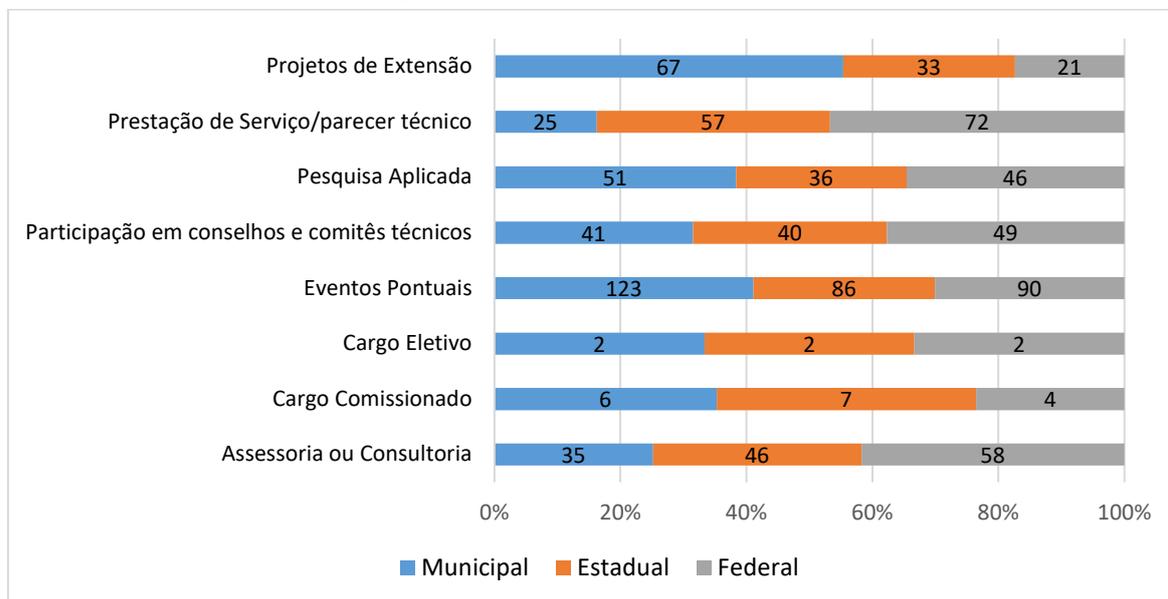
**Figura 3**  
*Formas de interação por Poder*



Fonte: Elaboração dos autores.

Assim, como se pode observar na Figura 3, em termos de formas de interação com o Poder Executivo, destacam-se as ações em termos de Eventos Específicos (total de 195), Prestação de Serviço/Parecer Técnico (124) e Participação em conselhos técnicos e comitês (121). Relacionados ao Poder Legislativo, destacam-se os Eventos Específicos (81), Assessoria ou Consultoria (16) e Prestação de Serviço/Parecer Técnico (13). E, quanto ao Judiciário, a maior parte das interações ocorre por meio de Eventos Específicos (23), Prestação de Serviço/Parecer Técnico (17) e Pesquisa Aplicada (10). Em números absolutos, fica evidente que a interação “Eventos Específicos” é numerosa, enquanto “Cargo Eletivo” e “Cargo Comissionado” apresentam uma frequência menor: respectivamente, foram observadas 6 e 17 desses tipos de interações com o Poder Executivo.

**Figura 4**  
*Tipos de interação por nível de governo*



Fonte: Elaboração dos autores.

Considerando os mesmos dados por nível de governo, com base na Figura 4, observa-se o seguinte: no nível municipal, a maior interação ocorre por meio de Eventos Específicos (total de 123), Projetos de Extensão (67) e Pesquisa Aplicada (51); na esfera estadual, destacam-se Eventos Específicos (86), Prestação de Serviço/Parecer Técnico (57) e Assessoria ou Consultoria (46); e, na esfera federal, ganham notoriedade Eventos Específicos (90), Prestação de Serviço/Parecer Técnico (72) e Assessoria ou Consultoria (58). Novamente, os “Eventos Específicos” se destacam em relação aos demais tipos de interação, enquanto “Cargo eletivo” e “Cargo comissionado” apresentam menor número de interações declaradas nos três níveis de governo. A porcentagem de 0,6% de cada um dos três níveis de governo é referente ao “Cargo eletivos”. Já as porcentagens de 2% das interações com o nível municipal e estadual e de 1% das interações com nível federal do poder público foram de “Cargos comissionado”.

Em seguida, foi aplicado um processo transversal entre os dados coletados no aspecto perfil e no aspecto interações, permitindo a identificação de semelhanças, diferenças e igualdades nas interações por área de conhecimento e por gênero. Esse processo resultou em gráficos, entre eles, os apresentados a seguir.

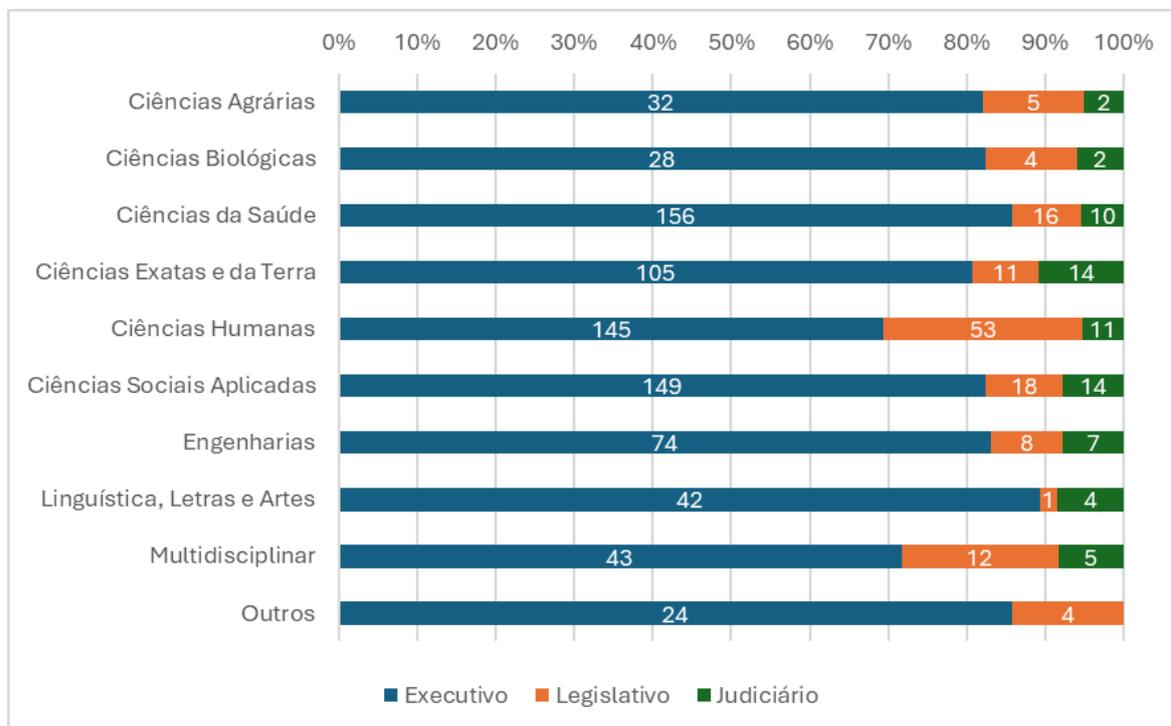
A Figura 5 mostra o perfil, em termos de área de conhecimento, dos respondentes que declararam ter desenvolvido alguma atividade com o setor público. A Figura 6, destacando a mesma dimensão, apresenta o perfil dos respondentes que interagiram por nível de governo. Em uma breve descrição, considerando a quantidade de informações que podem ser extraídas de ambos os gráficos, temos:

(i) Na Figura 5, obtemos que, apesar da divisão por área de conhecimento, todas as áreas apresentam o maior número absoluto de interações com o Executivo. Em termos percentuais em relação aos totais por tipo de Poder, é possível destacar um número ligeiramente superior da atuação de docentes das Ciências da Saúde com o Poder Executivo (representando, 19,5% das interações com o Poder Executivo observadas), um destaque para a participação das Ciências Humanas com o Poder Legislativo (representando 40,1% das interações com o Poder Legislativo) e, no âmbito do Judiciário, apesar de pouca diferença com as demais áreas de conhecimento, um leve destaque às áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e da Terra (cada representando 10,6% das interações com o Poder Judiciário).

(ii) A Figura 6 destaca o comportamento da distribuição dos níveis de governo nas áreas de conhecimento. Esse comportamento relativo permite comparar as áreas em sua composição percentual. Ciências Biológicas (58.8%) e Ciências Sociais Aplicadas (44.8%), por exemplo, têm os maiores percentuais de suas interações no nível municipal. Linguística, Letras e Artes (40.4%) e Ciências Exatas e da Terra (42.3%) mostram um maior percentual de interações com o nível estadual. No nível federal, Ciências da Saúde (37.9%) e Multidisciplinar (41.7%) se destacam com as maiores frequências percentuais de interação.

**Figura 5**

*Interação por Poder e Área de Conhecimento*

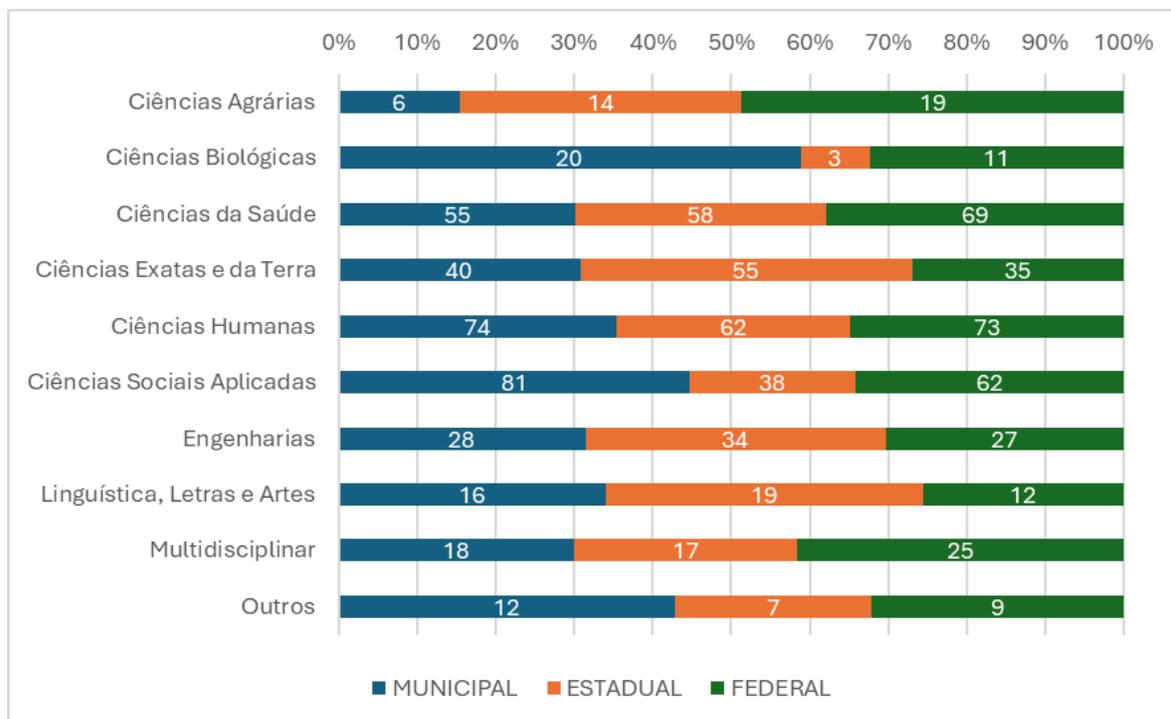


Fonte: Elaboração dos autores.

Como pode ser observado, o Poder Executivo tem a maior quantidade de interações em todas as áreas, destacando-se, especialmente, em Ciências da Saúde (156), Ciências Exatas e da Terra (105) e Ciências Biológicas (28 interações). No Poder Legislativo, as interações são mais frequentes em Ciências Humanas (53 interações), Ciências Sociais Aplicadas (18) e Ciências Exatas e da Terra (11). Já no Judiciário, as maiores interações ocorrem em Ciências Exatas e da Terra (14), Engenharias (7) e Ciências da Saúde (10). As áreas com a menor quantidade de interações em todos os poderes são Ciências Agrárias e Linguística, Letras e Artes, seguidas de outras. A hipótese do motivo para a pouca expressão dessas áreas refere-se ao número de respondentes obtido por meio da pesquisa.

**Figura 6**

*Interações por Nível de Governo e Área de Conhecimento*



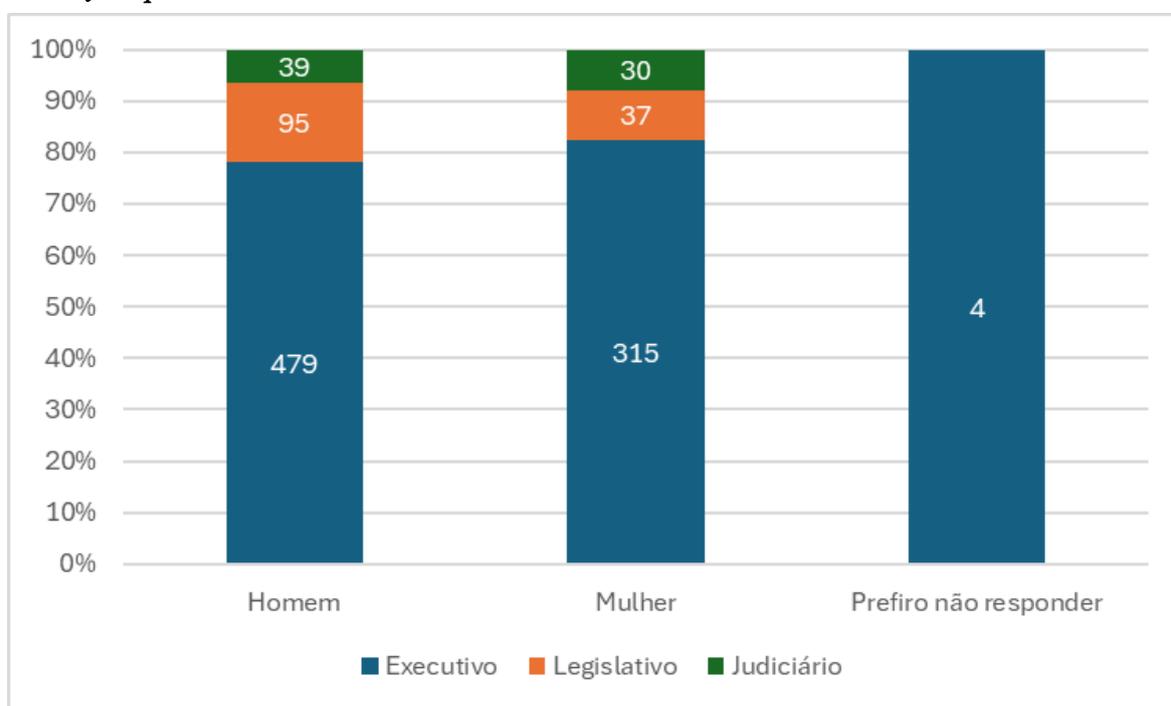
Fonte: Elaboração dos autores.

Diante dos dados apresentados acima, a Figura 6 apresenta a distribuição das interações por esferas de governo. No nível Municipal, há maior interação com professores das áreas de Ciências Sociais Aplicadas (com 81 registros), Ciências Humanas (74 registros) e Ciências da Saúde (55 registros). No nível Estadual, com professores de Ciências Humanas (62 registros), Ciências da Saúde (58 registros) e Ciências Exatas e da Terra (55 registros). No nível Federal, Ciências Humanas é a área com maior interação (73 registros), seguida por Ciências da Saúde (69 registros) e Ciências Sociais Aplicadas (62 registros). Esse resultado destaca os professores da área de Ciências Humanas como possíveis meios de conexão entre universidade e setor público.

Em relação ao gênero, o número de respondentes que se identificaram como “Mulher” foi de 40,5%, conforme acima apresentado. Assim, considerando as 789 interações relativas ao Poder Executivo, captadas à luz da distribuição de gênero, os dados apresentam o maior número de interações tanto para aqueles que se identificaram como “Homem” quanto para as autodeclaradas “Mulheres”.

A Figura 7 mostra que, do ponto de vista das interações por poderes, há um desequilíbrio entre os gêneros. No Executivo, a proporção é de 60% de interações de homens e 39,5% de mulheres. No Judiciário, o perfil dos entrevistados que interagiram é de 56,5% de pessoas que se identificam como “Homens” e 43,5% como “Mulheres”. O desequilíbrio maior ocorreu no Poder Legislativo, pois 27% das interações foram marcadas por mulheres e 72% por homens.

**Figura 7**  
*Interações por Poder Público*



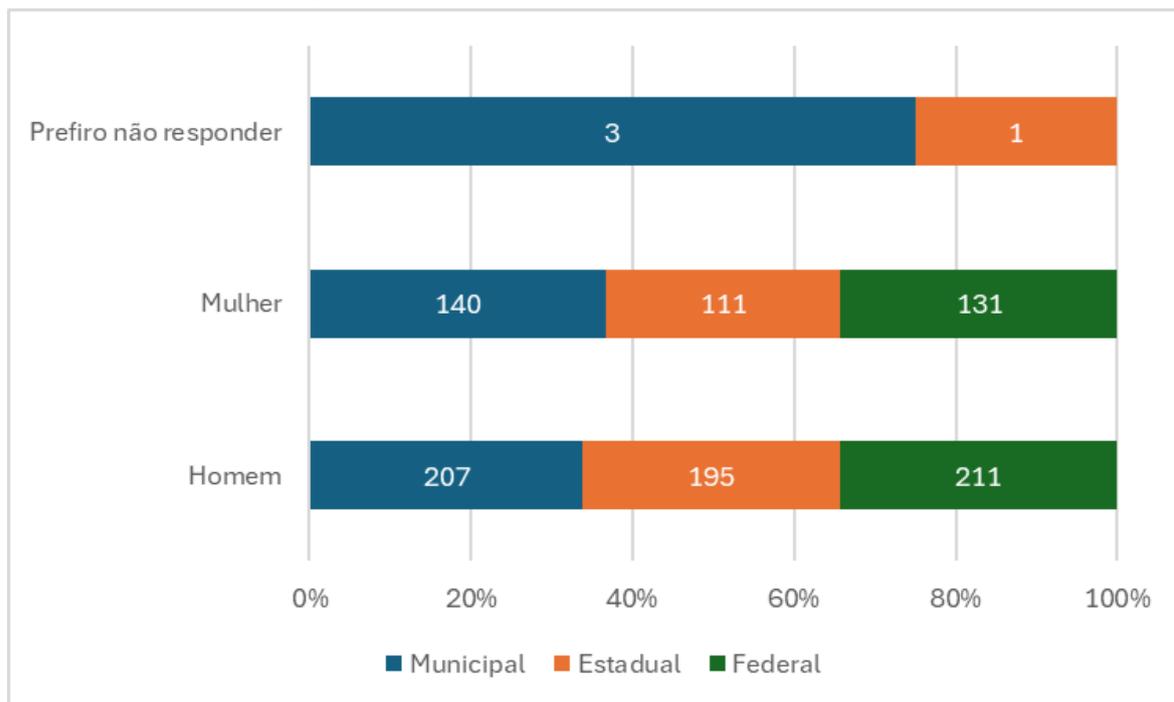
Fonte: Elaboração dos autores.

A Figura 8 apresenta um equilíbrio relativo proporcional por gênero entre as interações na perspectiva do nível de governo. Percebe-se que há uma pequena diferença nas esferas de governo, na qual os gêneros mais interagem, as mulheres apresentam mais interação com a esfera municipal, enquanto os homens com a federal; em números absolutos, o nível estadual para ambos os sexos é o que menos interage. Mas, o desequilíbrio de gênero permanece, em alinhamento com a Figura 7. No nível federal, as interações declaradas por mulheres foram 131 e por homens, 211. No nível estadual, as interações por gênero foram 111 por mulheres e 195

por homens. No nível municipal, o desequilíbrio permanece com 140 interações nesse nível declaradas por mulheres e 207 por homens.

**Figura 8**

*Interações por níveis de governo e gênero*

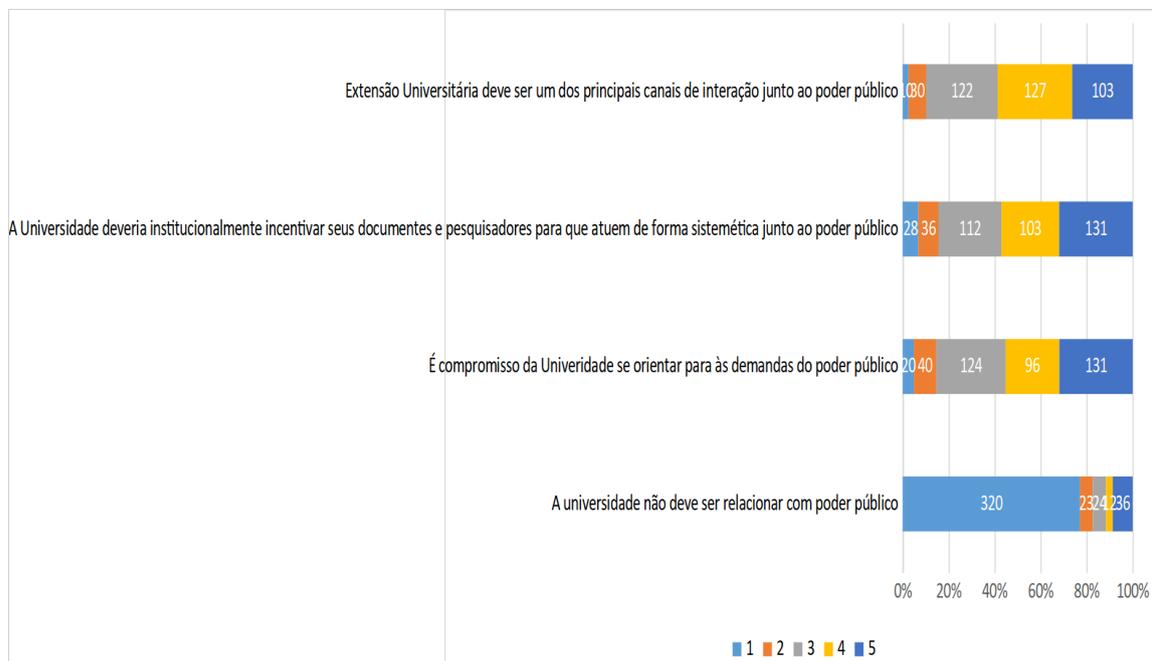


Fonte: Elaboração dos autores.

Apresentados os resultados referentes às interações realizadas pelos docentes com o Poder Público, pode-se passar para o último grupo de resultados que expõe a opinião dos 420 respondentes em relação a tais interações. Nesse sentido, a pesquisa apresenta quatro depoimentos que abordam as interações com o poder público e sua legitimação em relação à comunidade acadêmica, e o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão. São eles: (a) “A Universidade não pode se relacionar com o poder público”; (b) “É compromisso da Universidade orientar-se para as demandas do poder público”; (c) “A Universidade deve estimular institucionalmente seus docentes e pesquisadores a atuarem sistematicamente com o poder público”; (d) “A Extensão Universitária deve ser um dos principais canais de interação com o poder público”. Os resultados são apresentados na Figura 9.

**Figura 9**

*Grau de concordância em relação às afirmações<sup>5</sup>*



Fonte: Elaboração dos autores.

De maneira geral, é possível identificar que a maioria dos respondentes concorda que a universidade deve se relacionar com o setor público, tende a concordar que a universidade deve se orientar/alinhar às demandas do setor público, tende a concordar que deve haver um incentivo/fomento institucional para que a relação seja profícua e, por fim, tende a concordar que a extensão universitária é um dos principais canais de interação com o setor público.

Quanto aos desafios de interação, 22,6% (95 respondentes) indicaram já ter vivenciado algum tipo de desafio operacional ou de relacionamento com o poder público, 31% (130 respondentes) indicaram não ter vivenciado nenhuma dificuldade nesse relacionamento e 46,4% (195 respondentes) não souberam responder à pergunta. Entre os que responderam positivamente (22,6%), foi solicitado, por meio de uma questão aberta, que indicassem quais teriam sido essas dificuldades, sendo possível ao(à) professor(a) discorrer livremente sobre o tema.

<sup>5</sup> Sendo 1=Discordo totalmente; 2=Discordo parcialmente; 3=Indiferente; 4=Concordo parcialmente; 5=Concordo totalmente.

Devido à abrangência de algumas respostas obtidas, estas foram alocadas em mais de uma categoria. Portanto, observou-se o seguinte: dentre as respostas obtidas (22,6% dos docentes), 20,9% (27 respondentes) referem-se à dificuldades relacionadas à burocracia, 16,3% (21 respondentes) à dificuldades de comunicação e/ou acesso à informação, 13,2% (17 respondentes) à falta de interesse político e/ou por parte dos funcionários públicos, 13,2% (17 respondentes) à dificuldades operacionais e/ou capacidades técnicas, 9,3% referem-se à lentidão do setor público, 9,3% (12 respondentes) à insuficiência de recursos financeiros, 7,8% (10 respondentes) à descontinuidade de projetos, 6,2% (8 respondentes) à inconsistência entre os objetivos e 3,9% (5 respondentes) à falta de apoio institucional.

A tabela abaixo apresenta as principais respostas recebidas em relação às categorias de análise, exemplificando-as a partir de alguns trechos:

**Tabela 1**

***Desafios da interação universidade-poder público***

Categoria	Principais respostas obtidas
Burocracia	“Entraves burocráticos, condições para uma autonomia” “A burocracia da Unicamp atrapalha o processo” “As principais dificuldades estão relacionadas à burocracia envolvida na máquina pública, que muitas vezes dificulta ou mesmo impede que certos apoios institucionais previstos no acordo sejam de fato implementados a contento”
Lentidão do setor público	“A lentidão do setor público. A mudança de governos. O desinteresse de muitos funcionários públicos” “Dificuldades de ordem burocrática e também prazos de execução devido à lentidão dos processos licitatórios”
Dificuldades de comunicação e/ou acesso à informação	“Dificuldade em obter dados por falta de interesse em compartilhar, desorganização dos bancos de dados e/ou falta de capacidade técnica para entender e gerenciar dados administrativos bastante úteis para a pesquisa” “Interlocução com o gestor estadual da esfera executiva e com os demais responsáveis da região” “Foi difícil obter os dados para realizar os testes computacionais. Perdeu-se o contato na fase de implementação dos resultados”

<p>Falta de interesse político e/ou por parte dos funcionários públicos</p>	<p>“Baixa vontade política para a implementação de políticas públicas educacionais, com liberação dos recursos financeiros, técnicos e de infraestrutura necessários”          “Dificuldades políticas, de compreensão do trabalho realizado e de comunicação”          “Muitos entraves; percebe-se principalmente no poder executivo municipal. Resistência por parte de servidores públicos e políticos”</p>
<p>Falta de apoio institucional</p>	<p>“A tramitação dos convênios entre a Unicamp e os gestores municipais é muito lenta e burocrática. Nossa Universidade investe mais (e viabiliza mais ações) no apoio às empresas privadas do que ao setor público”          “Tudo é um grande desafio que depende do empenho e da boa vontade do corpo docente, com baixo apoio institucional. A lógica administrativa da universidade e do setor público externo é desanimadora e muito mais um constrangimento do que um incentivo. Não há estímulo, nem reconhecimento claro para incentivar este tipo de iniciativa”</p>
<p>Inconsistência entre objetivos/expectativas</p>	<p>“Contradições entre objetivos de diferentes departamentos”          “O desenvolvimento de projetos com o poder público exige dedicação para a sua construção e alinhamento, pois os interesses nem sempre são convergentes e há necessidade de alinhamento de objetivos, plano de trabalho etc. Existem dificuldades a nível de execução do financiamento do projeto, bem como nas relações quando os resultados não atendem às expectativas dos gestores. De qualquer forma, na minha experiência, foram dificuldades administráveis”</p>
<p>Dificuldades operacionais e/ou capacidades técnicas</p>	<p>“Falta de expertise e suporte técnico/administrativo – por parte da Unicamp; dificuldade de mediadores que facilitem o acesso dos governos ao que produzimos”          “Baixa operacionalidade dos resultados alcançados do projeto devido à: – resistência pessoal dentro das equipes; – falta de autonomia e gestão nas equipes; – até mesmo problemas pessoais entre os membros da equipe, tanto do lado da universidade quanto do lado do governo federal”</p>
<p>Descontinuidade de projetos</p>	<p>“Quando houve a mudança na Prefeitura, o convênio existente ficou parado por um longo período, indicando falta de interesse em dar continuidade ao projeto”          “A principal dificuldade deveu-se a oscilações políticas que colocam em risco o planejamento e a estabilidade da execução da política pública (redução brusca do montante atribuído ao Programa), resultantes da falta de previsões a longo prazo (4 anos, por exemplo)”</p>

Recursos financeiros insuficientes	“Financeiro, para liberação e aplicação de recursos; – Político, na dificuldade de utilizar o máximo do conhecimento científico possível. Muitas das orientações foram refutadas por aspectos políticos, principalmente os que envolvem autocrítica; – Acesso, muitos agentes públicos não aceitam bem a universidade, dificultando o acesso aos serviços e às pessoas” “Tudo foi custeado com o orçamento de pesquisa do laboratório, sem nenhum tipo de auxílio”
------------------------------------	---

Fonte: Elaboração dos autores.

A despeito dos desafios e das dificuldades mencionados, os respondentes que tiveram alguma interação com o poder público reconheceram que, de alguma forma, a partir disso, foram gerados recomendações e insumos às políticas públicas. Em paralelo, os respondentes também destacaram que as interações tiveram um papel relevante, gerando insumos para suas atividades finalísticas (65% dos respondentes revisaram suas práticas de ensino e 59,5% melhoraram sua pesquisa). Esse processo de mão dupla, no qual a partir da interação entre academia-poder público – aporta um benefício mútuo e profícuo esperado – idealmente – pela extensão universitária. Isto é, o papel da extensão em parte se cumpre, fortalecendo o ensino e a pesquisa, tornando-os “socialmente engajados”.

## Discussões

Os resultados apresentam, de forma exploratória e descritiva, o mapeamento da atuação/interação de iniciativas de extensão e de pesquisa em parceria/convênio (chamadas, na pesquisa, de “tipos de interação”) realizada por docentes da Unicamp com o Setor Público (Municipal, Estadual e Federal, bem como com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário). A maioria dos respondentes (54%) afirmou ter tido alguma interação com o Poder Público nos últimos 15 anos e reconheceu que essa interação gerou insumos e melhorias nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Esses respondentes ressaltaram que essa interação gerou impactos/insumos para suas atividades finalísticas (65% dos entrevistados reviram suas práticas de ensino e 59,5% melhoraram sua pesquisa). Também destacaram que houve a participação de agentes públicos em atividades de ensino, pesquisa e extensão coordenadas pelo docente.

Analisando esses resultados, cinco aspectos merecem ser analisados. O *primeiro aspecto* diz respeito à profícua relação entre as partes envolvidas, pelo menos sob a ótica da academia. A maioria dos respondentes (54%) afirmou ter tido alguma interação com o setor público nos últimos 15 anos e reconheceu que essa interação gerou insumos e melhorias nos processos de desenho, implementação e avaliação das políticas públicas. Dessas interações, os respondentes destacaram que houve impactos/insumos para suas atividades finalísticas (65% dos respondentes revisaram suas práticas de ensino e 59,5% melhoraram sua pesquisa) e destacaram que houve participação de agentes públicos em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esse engajamento dos docentes vai ao encontro do debate extensionista historicamente travado no Brasil e sintetizado pelas políticas do Forproex. O papel da extensão se cumpre, em parte, quando os docentes apontam que houve revisão em suas práticas. Já que a extensão é a missão universitária que nos permite, ao “sairmos” da nossa área/local de conforto e interagirmos com outros atores sociais, oxigenar nossas atividades. E quando o ensino e a pesquisa se tornam mais “socialmente engajados”, o compromisso social da universidade se fortalece.

O *segundo aspecto* vai, em alguma medida, na contramão do engajamento percebido nos respondentes “engajados” com o setor público. Isto é, dos respondentes, 43% dos docentes não tiveram nenhuma interação nos últimos 15 anos. Apesar desse número ser significativo, o que mais nos chamou a atenção foi o fato de que metade deles (mais de 20%), quando arguido se teria interesse na aproximação com o setor público, indicou que não gostaria de ter. A ausência de interação e a falta de vontade em desenvolvê-la precisam ser compreendidas de modo mais apurado.

Os trabalhos de Sarewitz (1996) e Godin (2006) apresentam uma explicação que, possivelmente, pode contribuir para a compreensão dessa reticência *a priori* dos docentes. Ambos os autores endereçam críticas à visão clássica e positivista da ciência, cujo entendimento é de que sua única finalidade é descobrir a verdade, a qual só pode ser produzida quando ancoradas na neutralidade e na autonomia da ciência e do pesquisador. Seu único compromisso é produzir conhecimento que revele novas verdades. Essa visão triunfalista da ciência, amplamente criticada no período pós-Segunda Guerra Mundial por diversos autores, como Robert Merton, ainda permanece e é fortalecida em alguma medida pelo modelo linear de inovação (MLI). Os pressupostos do MLI reforçam a distinção entre pesquisa básica (científica)

e pesquisa aplicada (tecnológica e industrial), em que a primeira deve estar imaculada das contaminações do “mundo exterior”. Ou seja, preocupando-se com a verdade universal e o conhecimento benéfico para o mundo, não pode ser orientada ou reorientada por nenhuma demanda social. Essa visão, por sua vez, reforça a ideia de que a comunidade científica está distante da sociedade, dos problemas locais, permanecendo em sua “Torre de Marfim” (Dagnino, 2008).

Outra hipótese que pode explicar esses aspectos está ligada à primeira e diz respeito à emulação da agenda científica e sua orientação – tanto da política científica quanto das instituições de ensino superior brasileiras – a critérios externos a elas inseridas. Esses fenômenos são apontados por Dagnino e Thomas (2001), que mostram, na experiência das agências de inovação das três universidades públicas paulistas, a notória valorização da emulação de práticas de países capitalistas avançados. Essa valorização, reforçada pela ciência globalizada e pela internacionalização com os países centrais, enfatiza métricas autocontidas (artigos publicados em periódicos de renome internacional e índice de citações) e rankings internacionais, que induzem professores e pesquisadores a buscarem conexão com grupos de pesquisa considerados de “excelência” (EUA e Europa), para os quais sua agenda de pesquisa é de grande interesse. Nesse sentido, direta ou indiretamente (via política editorial das revistas científicas), professores e pesquisadores acabam redirecionando suas atividades acadêmicas e de pesquisa, sejam elas básicas ou aplicadas, aos interesses de linhas de pesquisa dos países centrais. Nesse sentido, a interação com uma agenda de problemas públicos pouco faz sentido para esses docentes.

O *terceiro aspecto* refere-se ao leve predomínio de interações que denotam força para um tipo de extensão: prestação de serviços e consultorias/avaliações e participação em conselhos e comissões técnicas. Embora os outros tipos de interação (principalmente projetos de extensão e pesquisa aplicada/parcerias) tenham aparecido em bom número, a consultoria e a prestação de serviços tiveram maior peso. Esses dados revelam que, nas universidades, diversas concepções e práticas de extensão coexistem e se contrapõem; e, notadamente, a prestação de serviços tem se constituído como uma das práticas historicamente mais observadas, inclusive na trajetória da Unicamp, ao lado de um ideal de transferência de conhecimento. Vários estudos sobre concepções de extensão e contexto da Unicamp já foram publicados e mostram claramente o tensionamento entre uma extensão fortalecida pelo Movimento de Córdoba de

1918 e uma extensão fortalecida pelo neoliberalismo. (Cristofolletti & Serafim, 2020; Fraga, 2017; Bacic & Souza, 2006).

O *quarto aspecto* refere-se à questão de gênero. Entre os respondentes por gênero, nota-se uma leve desigualdade entre a proporção de mulheres e homens que estabeleceram interações com o Setor Público. Embora haja um equilíbrio entre o número total de docentes por gênero na Unicamp, a desigualdade é mais evidente nos níveis superiores da carreira, especialmente no nível de professor titular. Assim, uma hipótese é que esse desequilíbrio na proporção de interações por gênero reflete a desigualdade de gênero verificada na instituição.

Quanto ao tipo de poder, tanto os homens quanto as mulheres têm mais interações com o Executivo. Quanto ao nível federativo, ambos os gêneros apresentam certo equilíbrio na distribuição das interações com os entes federativos; embora, entre as mulheres, tenha sido observado que suas interações ocorrem um pouco mais com o Poder Público Municipal, enquanto os homens interagem um pouco mais com o Poder Público Federal. Ainda que o estudo não nos permita explicar os motivos dessa situação, vale destacar que diversos estudos, como o de Kelly e Slaughter (2012) e de Berdousis e Kordaki (2018), mostram uma situação comum que é a predominância da atuação de mulheres em posições de menor destaque em diversas organizações. Esse fenômeno é visualizado tanto na Universidade quanto no Poder Público. Quanto à participação em ‘Cargos Eletivos’ e ‘Cargos Comissionados’, todos os respondentes eram do sexo masculino.

Quanto *ao quinto e último aspecto*, referente aos desafios da interação, foi possível observar que o tempo para o desenvolvimento das atividades científicas difere em relação ao tempo do governo e dos poderes públicos. Embora as instituições estejam alinhadas em relação à cooperação estabelecida, existem alguns obstáculos que dificultam o relacionamento entre elas e que precisam ser minimizados, tais como: a burocracia relacionada ao setor público e à própria Universidade; alinhamento quanto aos objetivos a serem alcançados por meio da cooperação; a capacidade institucional/administrativa relacionada tanto ao apoio à interação quanto às dificuldades geradas a partir da descontinuidade das gestões, entre outros.

Para finalizar, vale destacar que a extensão e a pesquisa são caminhos frutíferos para diferentes tipos de diálogo entre a Universidade e a Sociedade, a partir da interação com o setor público no processo de desenho, implementação e avaliação de políticas públicas. As respostas dos docentes mostram grande potencial e interesse em estabelecer mais interações com os

diferentes agentes do Setor Público, havendo também espaço para que outros estudos explorem os vieses que aqui não foram explorados. Os resultados coletados permitiram conhecer, ainda que brevemente, as interações, os mecanismos e as possibilidades de interlocução, gerando dados para debater sobre ela, dentro e fora da comunidade acadêmica, e formular novas questões de investigação a explorar. Além disso, também nos permite explorar formas de mitigar os desafios e as dificuldades encontrados com vistas a melhorar o processo e o estabelecimento de novas parcerias e colaborações.

## Considerações finais

Muitos são os estudos que analisam a relação Universidade-Empresa, mas poucos são aqueles que buscam sistematizar dados que espelham a relação Universidade-Poder Público. Nessa tentativa de contribuir para uma lacuna empírica, ainda que focada no contexto da Unicamp, este estudo teve como objetivo identificar essas interações (aplicando a tipologia do Forproex) e analisar a percepção dos docentes da Unicamp acerca dos desafios inerentes a ela.

Os resultados identificados sugerem um engajamento muito interessante por parte dos docentes, em especial por docentes da área das ciências biológicas e da saúde. A maioria dos respondentes (54%) afirmou ter tido alguma interação com o setor público nos últimos 15 anos e destacou que, dessa interação, houve melhorias nos processos de desenho, implementação e avaliação das políticas. Paralelamente a isso, as interações geraram impactos/insumos para as próprias atividades finalísticas dos docentes (65% dos respondentes revisaram suas práticas de ensino e 59,5% melhoraram sua pesquisa). O papel da extensão se cumpre, em parte, quando os docentes apontam que houve revisão em suas práticas. A extensão é a missão universitária que nos permite, ao “sair” da nossa área/local de conforto e interagir com outros atores sociais, oxigenar nossas atividades. E quando o ensino e a pesquisa se tornam mais “socialmente engajados”, o compromisso social da universidade se fortalece.

Os dados coletados permitem levantar questões a serem exploradas de modo mais apurado do ponto de vista qualitativo e em múltiplos estudos de caso, como a predominância do Poder Executivo, as diferenças/semelhanças e desigualdades observadas nas áreas do conhecimento e de gênero e a percepção das dificuldades da interação entre dois setores, entre outros. Entre os desafios da interação, destacam-se os relacionados à burocracia, as dificuldades

relacionadas à comunicação e acesso à informação e à ausência de interesse político. Além disso, é possível perceber os caminhos de interação com grande potencial a serem explorados.

A pesquisa desenvolveu seu arcabouço metodológico e analítico com base nos debates sobre compromisso social e extensão universitária. A discussão dos resultados (os cinco aspectos focalizados no item anterior) também podem ser visualizados à luz desses debates. Os resultados demonstram que o engajamento com o setor público vem constituindo forma importante, mas ainda pouco pesquisada sistematicamente, da realização do compromisso social da universidade pública, sobretudo quando contribui para políticas públicas e, em alguma medida, promove o diálogo entre ensino-pesquisa-extensão. Nesse aspecto, ainda haveria pontos a avançar, sobretudo na valorização de engajamentos mais processuais e expressos em programas e projetos de extensão ou em pesquisas aplicadas. Isso exigiria, também, maior adaptação organizacional e institucional dos atores envolvidos, levando em conta as dificuldades implicadas. A autonomia (principalmente na pesquisa) é outra questão relevante, que pode ser conectada aos desafios elencados, sobretudo na articulação de diferentes interesses e objetivos nos processos de interação com o setor público. Além disso, os resultados também apontam que há diversas questões ainda sem resposta, dos quais futuras pesquisas podem se apropriar. O compromisso social da universidade exige constante atuação da comunidade acadêmica em mapear, discutir e entender as possibilidades de engajamento com atores em seu entorno, bem como a discussão de prioridades e estratégias que possam permitir concretizar esse compromisso (sem podar, evidentemente, o caráter democrático e *bottom-up* que a extensão muitas vezes tem). Por conta disso, levantam-se evidências ao entendimento do engajamento entre universidade e setor público que podem ser relevantes para universidades e para o setor público.

Em conclusão, esta pesquisa levantou dados exploratórios que nos permitem não apenas compreender essa interação, mas também pensar em medidas institucionais que nos permitam – enquanto docentes e gestores universitários – mitigar os desafios e as dificuldades apontados pela pesquisa e que precisam de tratamento para que futuras interações possam ser formalizadas com menor custo de transação, potencializando parcerias profícuas de médio e longo prazo. Como em qualquer estudo exploratório, que se baseia nas respostas dos participantes, a limitação do estudo está no tamanho da amostra e no viés dos respondentes que aderiram à pesquisa, que têm uma predisposição para interagir com o Poder Público.

## Referências

- Bacic, M. J., & Souza, M. C. A. F. (2006). Introdução. In M. J. Bacic, & M. C. A. F. Souza (Orgs.), *Casos e Conceitos em Gestão de Pequenas e Médias Empresas Industriais. Material didático do Centro Técnico Econômico de Assessoria Empresarial – 1968-1985* (pp. 8-31). Editora Unicamp.
- Barbosa, M. L. O. (2019). Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil? *Revista de Educação PUC-Campinas*, 24(2), 240-253.
- Berdousis, I., & Kordaki, M. (2018). Computing and STEM in Greek tertiary education: gender representation of faculty members during the decade 2003–2013. *Gender and education*, 30(1), 1-21.
- Brasil. (2006). *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Saraiva.
- Cristofoletti, E. C., & Serafim, M. P. (2020). Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. *Educação & Realidade*, 45(1), 1-20.
- Dagnino, R. (2008). *Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico*. Editora da Unicamp.
- Dagnino, R., & Thomas, H. (2001). Planejamento e políticas públicas de inovação: em direção a um marco de referência latino-americano. *Planejamento e Políticas Públicas*, (23), 205-231.
- Dagnino, R., Dias, R., & Novaes, H. T. (2019). Evolução do desenvolvimento científico e tecnológico da América Latina: o caso brasileiro. *Nota de la Fundación Carolina*, 225, 1-30.
- Deliberação CONSU-A-001, de 7 de maio de 1992*. (1992, 7 de maio). Institui a Carreira de Magistério Tecnológico Superior (MTS) do Centro Superior de Educação Tecnológica - CESET e dá outras providências. Unicamp. <https://www.pg.unicamp.br/norma/2475/0>
- Deliberação CEPE-A-002, de 6 de março de 1997*. (1997, 3 de março). Dá nova redação à Deliberação CEPE-A-010/1995, que regulamenta a Carreira do Professor do Magistério Secundário Técnico (MST) dos Colégios Técnicos da Universidade Estadual de Campinas. Unicamp. <https://www.pg.unicamp.br/norma/2294/0>
- Deliberação CAD-A-001, de 12 de março de 2019*. Institui a Carreira de Pesquisador (Pq) e dá outras providências. Unicamp. <https://www.pg.unicamp.br/norma/14459/0>

- Dias Sobrinho, J. (2015). Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. *Avaliação*, 20(3), 581-601.
- Dias, R. (2010). *A agenda da política científica e tecnológica brasileira: uma perspectiva histórica*. Estudos Sociais da Ciência E Tecnologia & Política de Ciência E Tecnologia: Alternativas Para Uma Nova América Latina. Gapi Unicamp.
- Diniz, F. P. (2012). *A extensão universitária como instrumento de política pública*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás].
- Dotti, N. F., & Walczyk, J. (2022). What is the Societal Impact of University Research? A policy-oriented review to map approaches, identify monitoring methods and success factors. *Evaluation and Program Planning*, 95.
- Dubet, F. (2015). Qual democratização do ensino superior? *Caderno CrH*, 28(74), 255-266.
- El-Jardali, F., Ataya, N., & Fadlallah, R. (2018). Changing roles of universities in the era of SDGs: rising up to the global challenge through institutionalizing partnerships with governments and communities. *Health research policy and systems*, 16(1), 1-5.
- Forproex. (2007). *Extensão Universitária: Organização e Sistematização*. Coopmed.
- Forproex. (2012). *Política Nacional de Extensão*. Forproex.
- Fraga, L. S. (2017). Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. *Avaliação*, 22(2), 403-419.
- Godin, B. (2006). The linear model of innovation. The historical construction of an analytical framework. *Science, Technology & Human Values*, 31(6), 639-667.
- Gomes, E. (2006). *O mandarim: história da infância da Unicamp*. Unicamp.
- Heitor, M., & Horta, H. (2014). Democratizing Higher Education and Access to Science: The Portuguese Reform 2006–2010. *High Education Policy*, 27, 239-257.
- Incrocci, L. M. M. C., & Andrade, T. H. N. (2018). O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. *Sociedade e Estado*, 33(1), 187-212.
- Jessop, B. (2018). On academic capitalism. *Critical policy studies*, 12(1), 104-109.
- Kelly, G. P., & Slaughter, S. (2012) *Women's higher education in comparative perspective*. Springer Science & Business Media.

- Kohtamäki, V., & Balbachevsky, E. (2018). *University autonomy: From past to present*. Theoretical and Methodological Perspectives on Higher Education Management and Transformation: An advanced reader for PhD students. Tampere University Press.
- Landis, J. R., Koch, G. G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, 33(1), 159-74.
- Leher, R., Vitória, P., & Motta, V. C. (2017). Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, 9(1), 14-24.
- Martins, C. B. (2009). A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, 30(106), 15-35.
- Melo Neto, J. F. (2002). Extensão Universitária: bases ontológicas. In J. F. Melo Neto (Org.), J. S. de Lima, K. S. Q. S. Ribeiro, L. S. Cunha, M. H. S. F. Lins, R. M. G. Rocha, T. M. M. Moura, & T. D. Ireland, *Extensão universitária: diálogos populares* (pp. 7-22). UFPB.
- Minto, L. W. (2018). Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. *Revista Brasileira de Educação*, 23.
- Nogueira, M. J., Oliveira, B. C., Souza, R. E. S., & Rodrigues, M. I. A. (2017). As ações de extensão universitária na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro: avanços e desafios. *Revista da Extensão*, 15, 27-34.
- Oliveira, F., & Goulart, P. M. (2015). Fases e Faces da Extensão Universitária: rotas e concepções. *Revista Ciência em Extensão*, 11(3), 8-27.
- Olsen, J., & Maassen, P. (2007). European debates on the knowledge institution: The modernization of the university at the European level. In: P. Maassen, & J. Olsen (Eds.), *University Dynamics and European Integration* (pp. 3-22). Springer.
- Pereira, L. B. (2013). Extensão Universitária e Políticas Públicas. *Revista Extensão & Cidadania*, 1(1), 91-104.
- Pinheiro, R., & Young, M. (2017). The University as an Adaptive Resilient Organization: A Complex Systems Perspective. *Theory and Method in Higher Education Research*, 3.
- Pinheiro, R., Young, M., & Sima, K. (2018). *Higher Education and Regional Development*. Tales from Northern and Central Europe. Palgrave Macmillan.

*Portaria GR-113, de 27 de maio de 1985.* (1985, 27 de maio). Estabelece normas complementares para fixação do Quadro de Docentes da Universidade Estadual de Campinas (QD-Unicamp) previsto no artigo 4º do Esunicamp e dá outras providências. Unicamp. <https://www.pg.unicamp.br/norma/316/0>

Rossi, P., Oliveira, A. L. M., Arantes, F., & Dweck, E. (2019). Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. *Educação & Sociedade, 40*.

Sarewitz, D. (1996). *Frontiers of Illusion: Science, Technology, and the Politics of Progress*. Temple University Press.

Serafim, M. P., & Dagnino, R. P. (2011). A política científica e tecnológica e as demandas da inclusão social no governo Lula (2003-2006). *Organizações & Sociedade, 18*(58), 403-427.

Serafim, M. P., Gonçalves Junior, O., & Dias, R. (2022). A debandada da CAPES: um novo capítulo na história da Pós-Graduação brasileira. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, 27*(1).

Sguissardi, V. (2015). Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Educação & Sociedade, 36*(133), 867-889.

Sguissardi, V. (2019). As missões da Universidade, entre as quais a extensão universitária ou a terceira missão, em face dos desafios da mercadização/mercantilização. *Teoria e Prática da Educação, 22*(3).

Silva, R. B. (2012). Um instrumental metodológico para a análise da relação universidade-governo nos países de capitalismo periférico. *Avaliação, 17*(2), 405-432.

## Notas

### Dados da submissão:

Submetido à avaliação em 21 de janeiro de 2023; revisado em 13 de agosto de 2024; aprovado para publicação em 02 de setembro de 2024.

### Autor correspondente:

**Dibbern, Thais** – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Instituto de Geociências - IG, Departamento de Política Científica e Tecnológica, R. Carlos Gomes, 250 - Cidade Universitária, Campinas, SP, Brasil 13083-855

### Contribuições de autoria:

**Cristofolletti, Evandro Coggo** – Conceituação (Liderança), Curadoria de dados (Igual), Análise formal (Igual), Aquisição de financiamento (Igual), Investigação (Igual), Metodologia (Igual), Administração de projeto (Igual), Escrita – rascunho original (Liderança).

**Dibbern, Thais** – Conceituação (Igual), Curadoria de dados (Igual), Análise formal (Igual), Aquisição de financiamento (Igual), Investigação (Igual), Metodologia (Igual), Administração de projeto (Igual), Escrita – rascunho original (Igual), Escrita – revisão e edição (Igual).

**Alves, Denis dos Santos** – Curadoria de dados (Igual), Análise formal (Igual), Metodologia (Igual), Recursos (Igual), Software (Igual), Validação (Igual), Escrita – rascunho original (Igual).

**Serafim, Milena Pavan** – Conceituação (Igual), Curadoria de dados (Igual), Análise formal (Igual), Aquisição de financiamento (Igual), Investigação (Igual), Metodologia (Igual), Administração de projeto (Liderança), Supervisão (Liderança), Visualização (Igual), Escrita – rascunho original (Igual), Escrita – revisão e edição (Igual).

**Pioli, Ludmila Fávero Romani** – Análise formal (Igual), Investigação (Igual), Escrita – rascunho original (Igual), Escrita – revisão e edição (Igual).

**Trentin, Amanda de Toledo** – Curadoria de dados (Igual), Análise formal (Igual), Investigação (Igual), Escrita – revisão e edição (Igual).

### **Apoio e financiamento:**

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n. 2021/03864-2; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo n. 311738/2022-2

### **Revisão textual:**

Normalização bibliográfica (APA 7<sup>a</sup> Ed.), preparação e revisão textual em português: Mayara Leite (Tikinet) <[revisao@tikinet.com.br](mailto:revisao@tikinet.com.br)>

Versão e revisão em língua inglesa: Silmara de Oliveira (Tikinet) <[traducao@tikinet.com.br](mailto:traducao@tikinet.com.br)>

### **Editora responsável:**

Helena Sampaio <<https://orcid.org/0000-0002-1759-4875>>